MOÇÃO Nº 40/18

De Repúdio à execução de Marielle Franco, vereadora na Cidade do Rio de Janeiro.

Marielle Francisco da Silva, conhecida nos movimentos sociais por Marielle Franco, foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço, por volta das 21h30min de 14 de março de 2018, quando também foi assassinado Anderson Pedro Mathias Gomes, motorista do veículo em que a vereadora se encontrava. As apurações iniciais do crime deixam claro que se tratou de execução, promovida por aqueles que a vereadora sempre apontou como violadores dos direitos humanos.

Marielle Franco nasceu e cresceu no Complexo da Maré, na Cidade do Rio de Janeiro, e sempre ressaltou com orgulho a sua origem deste bairro popular carioca.

Em 2000, iniciou sua militância na defesa dos direitos humanos, após uma de suas amigas ser atingida fatalmente por uma troca de tiros entre policiais e traficantes na Maré.

Marielle ingressou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 2002, para cursar Ciências Sociais e, após a conclusão do curso, iniciou mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde defendeu a dissertação intitulada "UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro".

Iniciou sua militância no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e integrou a equipe de campanha que elegeu deputado estadual pelo PSOL à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em 2006. Com a posse do deputado, foi nomeada assessora parlamentar. Anos depois, assumiu a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Em 2016, na sua primeira disputa eleitoral, foi eleita vereadora na capital fluminense pelo PSOL, obtendo mais de 46 mil votos, sendo a quinta candidata mais votada no Município e a segunda mulher mais votada ao cargo de vereadora em todo o país. Na Câmara Municipal, presidiu a Comissão de Defesa da Mulher e integrou uma Comissão composta por quatro pessoas, cujo objetivo era monitorar a intervenção federal no Rio de Janeiro, sendo escolhida como sua relatora em 28 de fevereiro de 2018. Era crítica da intervenção federal, assim como criticava e denunciava constantemente abusos policiais e violações aos direitos humanos.

Como vereadora, Franco também trabalhou na coleta de dados sobre a violência contra as mulheres, pela garantia do aborto nos casos previstos por lei, pelo aumento na participação feminina na política e pela construção

de novas Casas de Parto, criadas para a realização de partos normais. Em pouco mais de um ano, redigiu e firmou dezesseis projetos de lei, dois dos quais foram aprovados. Esses projetos versaram especificamente sobre: criação de creche noturna gratuita para beneficiar mães que estudam e trabalham à noite; campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e à violência sexual; criação do Dossiê Mulher Carioca, com dados da violência de gênero; assistência gratuita para construção e reforma de casas para famílias de baixa renda; criação do Programa de Desenvolvimento Cultural do Funk; fim da renúncia da cobrança de ISS para empresas de ônibus; restrição de contratos entre Prefeitura e Organizações Sociais (OSs); prioridade para servidores serem pagos antes do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais; criação de um programa de efetivação das medidas socioeducativas em meio aberto; criação do Dia da Luta Contra a Homofobia no calendário da cidade; criação do Dia da Visibilidade Lésbica no calendário da cidade; criação do Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra no calendário da cidade; criação do Dia Municipal de Luta contra o Encarceramento da Juventude Negra; ações de combate ao jogo "Baleia Azul"; fixação de cartaz informativo sobre violência sexual em locais públicos de atendimento às mulheres.

A vereadora foi ativa também na proteção a policiais militares. Uma mãe de um policial civil morto a tiros, procurou Marielle em 2012, a fim de obter ajuda na busca de justiça, pois desconfiava de uma execução do filho, embora o caso tivesse sido tratado como um assalto. Ela não confiava em Marielle inicialmente, pensava que esta era contrária a policiais militares, mas se sentiu plenamente satisfeita com o atendimento recebido. Na época, Marielle estava lotada no Gabinete de deputado estadual, com quem trabalhou por dez anos, prestando auxílio jurídico e psicológico a familiares de vítimas de homicídios ou policiais vitimados.

Após ser velada na Câmara Municipal carioca, com a presença de milhares de pessoas, a vereadora foi enterrada em 15 de março, no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro.

Marielle Franco continuará a ser uma das principais referências da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, com sua trajetória de vida e militância inspirando muitas outras pessoas a resistirem e a conquistarem um mundo justo, igualitário e pacífico.

CIENTIFICAR:

- Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro

Sala das Sessões, 19 de março de 2018.

HILTON COELHO